

Transgeneridade: um complexo desafio

Transgenderism: a complex challenge

EDITH MODESTO*

RESUMO: ALIADOS AO PENSAMENTO DE FOUCAULT, UTILIZAMOS OS CONCEITOS E INSTRUMENTAL DE ANÁLISE DA SEMIÓTICA FRANCESA, COM INTUITO DE DISCUTIR A TRANSGENERIDADE COMO UM TIPO COMPLEXO DE GENERIDADE. ATUALMENTE, É O TIPO DE GENERIDADE MAIS VISADO PELO PODER REPRESSIVO SOCIAL. PARTINDO DO PRINCÍPIO DE QUE A “DENATURALIZAÇÃO” DA TRANSGENERIDADE MOSTRA-SE COMO UM DESAFIO TEÓRICO, DISCUTIMOS SUAS POSSÍVEIS ABORDAGENS E A CONSTRUÇÃO DE SEU CONCEITO.

ABSTRACT: USING CONCEPTS FROM FOUCAULT AND FRENCH SEMIOTICS, WE AIM TO DISCUSS TRANSGENDERISM AS A COMPLEX TYPE OF GENDER IDENTITY. NOWADAYS, TRANSGENDERISM IS THE MOST SOCIALLY REPPRESSED KIND OF GENDER. SINCE THE “DENATURALIZATION” OF TRANSGENDERISM IS A THEORETICAL CHALLENGE, WE DISCUSS POSSIBLE WAYS TO DEAL WITH IT AND HOW THE CONCEPT OF TRANSGENDERISM IS BUILT.

PALAVRAS CHAVE: TEORIAS DE GÊNERO, DIVERSIDADE DE IDENTIDADES DE GÊNERO, TRANSFOBIA.
KEYWORDS: GENDER THEORY, DIVERSITY OF GENDER IDENTITY, TRANSPHOBIA.

* Doutora em Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH - USP. Professora universitária, pesquisadora, escritora. Fundadora e atual presidente da ONG: GPH – Associação Brasileira de Pais de Homossexuais. edithmodesto@uol.com.br

Introdução

Na nossa cultura, em relação ao parâmetro que rege as identidades de gênero, o conceito comum de transgeneridade é o de uma condição possível de indivíduos assumirem uma identidade de gênero, masculina ou feminina, diferente daquela que concorda com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento.

Em outros termos, acontece a transgeneridade quando a identidade de gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que aparenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do seu nascimento, parâmetro de atribuição de gênero, masculino ou feminino.

A existência de bebês que nascem intersexo reforça o conceito que sexo biológico, macho ou fêmea, e gênero, masculino ou feminino, são independentes. Portanto, é muito discutível o conceito de gênero apoiar-se nas diferenças biológicas.

Além disso, em relação ao parâmetro que rege os tipos de orientações sexuais, que nos são disponibilizados atualmente pela nossa cultura, as pessoas transgêneras podem assumir qualquer uma delas.

Desse modo, usando as denominações estereotipadas que nos são oferecidas, podemos ter pessoas transgênero heterossexuais, bissexuais, homossexuais ou assexuadas, o que também coloca em discussão a relação entre sexo biológico e tipo de orientação afetivo-sexual. Alguém pode ser homem ou trans homem e sentir-se atraído sexualmente, ou afetivamente, por homens, ou por mulheres; alguém pode ser mulher ou trans mulher e sentir-se atraída sexualmente, ou afetivamente, por mulheres ou por homens. No primeiro caso, essas pessoas serão consideradas homossexuais; no segundo, heterossexuais. Se a pessoa se sentir atraída afetiva ou sexualmente, tanto por homens, quanto por mulheres, será considerada bissexual, se não se sentir atraída por ninguém, será considerada assexuada.

Atualmente, dentre os grupos minoritários de qualquer ordem, o grupo das pessoas transgêneras é o que mais sofre a rejeição social. Inclusive teoricamente, mesmo os pesquisadores percebendo que as modernas teorias sobre gênero não englobam a transgeneridade, pouco se tem pesquisado sobre esse fenômeno complexo e poucos são os pesquisadores que se preocupam em tentar explicá-lo satisfatoriamente.

Judith Butler (EUA), estudiosa sobre gênero, ao responder pergunta sobre o interesse dos pesquisadores na questão da transgeneridade, disse:

[...] se você procurar na revista “Studies in Gender and Sexuality, que é uma publicação de psicanálise e teoria cultural, vai encontrar profissionais que estão pensando nisso de modo interessante. Mas se trata de clínicos, eu sei, que também escrevem ensaios. Acho que os autores mais importantes no campo da psicanálise feminista ainda não fizeram um grande trabalho com isso e não sei se eles estão interessados na questão. (Butler, 2002, p. 3).

A organização binária do sentido

Numa construção discursiva do gênero, histórico-sociológica, partimos da explicação de sociedades fundadas no binarismo, homem/mulher, resultado do entendimento naturalizado, essencialista, de gênero: as pessoas são homens (machos) ou mulheres (fêmeas), biologicamente, portanto, masculinas ou femininas, conceitos estendidos ao social e baseados na categorização ideológica dos fenômenos, como normais, se assim for, ou patológicos, se não for. Desse modo, as pessoas transgêneras são consideradas doentes, sejam heterossexuais ou homossexuais.

Ainda hoje, as nomenclaturas binárias descrevem e classificam as práticas sexuais e o entendimento de gênero é baseado, hipocritamente, no sexo considerado normal, se for aquele que visa à procriação. No entanto, a partir desse primeiro momento baseado em oposições binárias – macho, fêmea; masculino, feminino –, fase estruturalista, modelos teóricos discursivos, já pós-estruturalistas, vinham sendo desenvolvidos, numa busca de maior adequação analítica.

Nessa linha, depois dos estudos linguísticos saussurianos, na segunda metade do século XX, vimos o desenvolvimento da análise semiótica dos discursos, de inspiração greimasiana, – teoria da significação de origem francesa –, que oferece um instrumental de análise adequado às pesquisas em ciências sociais.

De acordo com Greimas:

...Pode-se dizer que os progressos da semiótica, nos últimos tempos, consistem essencialmente na ampliação do seu campo de manobras, na maior exploração das possibilidades estratégicas da apreensão da significação. Sem chegar a saber mais sobre a natureza do sentido, aprendemos a conhecer melhor onde ele se manifesta e como se transforma. (Greimas 1975, p.17).

Contemporânea de Greimas, a filosofia de Foucault, em sua “Vontade de Saber”, livro escrito em 1976, centrou-se na importância da análise dos discursos e apontou para essa nova abordagem das Ciências Sociais.

Os estudos de Foucault (2005, p. 99-100) abriram caminho para a nossa percepção de que a “generidade”, não a sexualidade somente, é um dispositivo de poder das sociedades modernas, pois se caracteriza pela inserção do gênero em sistemas de unidade e regulação social.

Derrida (2004) assumiu que os significados são organizados por meio de diferenças, em um processo de presença/ausência, a que ele denomina “suplementaridade” e que implica numa metodologia de desconstrução. Isto é, o que parece estar fora do sistema, significativamente permanece dentro dele, apontando para sua historicidade. Por exemplo, o conceito de homossexualidade, em dado momento, criou, estabeleceu e reforçou o sentido discursivo positivo de heterossexualidade.

A semiótica tensiva – um desenvolvimento teórico da semiótica ortodoxa – desenvolveu esse conceito e possibilitou esse tipo de abordagem, em relação a transgeneridade, .como veremos neste artigo.

De acordo com Miskolci, sociólogo brasileiro,

[...] a forma contemporânea como temos lidado com a sexualidade iniciou-se com Sedgwick (Eve K. Sedgwick, EUA, pesquisadora da categoria do gênero), em 1985. Ela não se prendeu a discussões sobre gênero, nem a perspectivas de estudo sobre minorias sexuais. Sua proposta era mais ambiciosa: demonstrar que dominação das mulheres é associada à rejeição das relações amorosas entre homens. A misoginia e a homofobia se revelam interdependentes. (Miskolci, 2009, p. 155 - parênteses nosso).

Assim, concomitantemente, a ordem social foi regida pelo dualismo masculino/feminino e pelo binômio heterossexual/homossexual. E a masculini-

dade e heterossexualidade foram sempre priorizadas, através de dispositivos discursivos que as naturalizam e lhes dão maior poder.

Ainda com Miskolci, nesse trabalho ideológico, a heterossexualidade tornou-se obrigatória, compulsiva, na nossa e na maioria das culturas. Desse modo, a dominação das mulheres pelos homens foi associada à rejeição das relações homossexuais masculinas e à estigmatização dos homossexuais. (Miskolci,2009, p.155 a 157).

Sobre o desenvolvimento do pensamento construcionista, ao lado de teóricos radicais, estão pesquisadores moderados, aqueles que mais nos atraem. Por exemplo, em entrevista, comentando o inter-relacionamento estreito entre sistemas familiares, sexualidade e nossa *psique*, Judith Butler disse:

[...] Na década de setenta, havia uma crença de que se você pudesse reformular e mudar a conformação do seu sistema de parentesco, poderia também reformular a sua sexualidade e sua psique, e que a transformação psíquica decorreria de fato, diretamente da transformação social das configurações de parentesco. Então, quando todos fizeram isso, descobriram que suas psiques ainda se encontravam nos mesmos velhos poços. Talvez exista algo intratável, talvez exista algo mais persistente. (Butler,2003, p.165).

Ao que Gayle Rubin (EUA), pesquisadora feminista, respondeu:

[...] o que seria esse algo “intratável”? Uma das vantagens das abordagens psicanalíticas é que elas explicam tanto a mudança, quanto o caráter intratável. Mas há algo sobre a intratabilidade do que é chamado de simbólico que eu não entendo. Seria algo da própria natureza da estrutura do cérebro e na forma como cria a linguagem? . (Rubin, 2003, p.165).

Na entrevista, as pesquisadoras pós-estruturalistas enfatizam o papel da linguagem na comunicação, interpretação e representação do gênero. É importante lembrar que, no entender pós-estruturalista, linguagem abarca todos os sistemas de significação: verbais e não verbais.

No dizer de Joan Scott (EUA), historiadora preocupada com a categoria gênero, a origem dessas disposições sociais não podem ser explicadas “sem uma certa atenção aos sistemas simbólicos, (sem analisar a linguagem), através dos quais, as sociedades representam o gênero servem-se dele para arti-

cular as regras das relações sociais ou para construir o sentido da experiência. (1990, p.11 – observação entre parênteses nossa)

A preocupação de desnaturalizar o social, enfatizando um processo construcionista, foi o que propiciou uma atenção crítica maior aos processos de construção de regras normalizadoras, construções ideológicas realizadas no decorrer do tempo, conforme sugere a “teoria queer”, objeto de atenção dos pesquisadores da área, na nossa época.

De um ponto de vista histórico-sociológico, Joan Scott observa que, para fugir desses processos políticos de dominação, “temos de reconhecer que há papéis identitários vazios.” [...] (Scott, 1990, p.11/12).

A nosso ver, dada a importância desses processos político discursivos, engendrados atualmente, temos de questionar, a partir de todos os embasamentos teóricos e instrumentais a nosso dispor, como estão sendo preenchidos esses papéis identitários, pois a história social depende muito das construções dos papéis de gênero e de orientações sexuais, processos usados como estratégias hegemônicas.

Um viés semiótico

Do ponto de vista da semiótica, teoria da significação, em sua extensão teórica tensiva, a afirmação de Joan Scott sobre a existência de papéis identitários vazios refere-se à tensão que se dá em um campo de presença modulado por uma correlação de gradientes entre as “categorias presença e ausência”.

De acordo com Fontanille e Zilberberg, semioticistas que desenvolvem a semiótica tensiva,

O “eu” semiótico habita um espaço tensivo, ou seja, um espaço em cujo âmago a intensidade e a profundidade estão associadas, enquanto o sujeito se esforça, a exemplo de qualquer vivente, por tornar esse nicho habitável, isto é, por ajustar e regular as tensões, organizando as morfologias que o condicionam. (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 128).

Esses pesquisadores consideram um tipo perceptivo de apreensão, mediada pela possibilidade dos gradientes de tonicidade perceptiva da apreensão e o do foco. De acordo com os pesquisadores:

[...] a categoria presença/ausência repousa sobre a correlação entre esses dois gradientes, na medida em que suas diferentes configurações resultam da associação entre um foco e uma apreensão, da tensão entre a abertura e o fechamento do campo. (Fontanille e Zilberberg, 2001, p.130).

Para esses semioticistas, as modalizações existenciais podem ser engendradas a partir de modulações da presença/ausência e podemos generalizar “as articulações da base perceptiva ao conjunto da modalização existencial no discurso.” Assim, a categoria da presença, vem de uma análise tensivo perceptiva, preocupada em articular formas complexas dos mesmos fenômenos que são analisados, por outro lado, numa perspectiva [...] estritamente narrativa [...], graças à categoria da junção.¹ (Fontanille e Zilberberg 2001, p. 131-132).

Grosso modo, os pesquisadores estão falando da estreita relação entre as teorias, fenomenologia da percepção e semiótica (teoria da significação): não se denomina (não se discursiviza) o que não se apreende fenomenologicamente, ou, dizendo de outro modo, o sensível rege o inteligível.

Essas modulações de presença/ausência nos dão a primeira modalização das relações entre o sujeito e o objeto tensivos, denominada *modalização existencial*.² Desse modo, a plenitude é realizante, a falta é atualizante, a vacuidade é virtualizante e a inanidade é potencializante.

Podemos considerar que, hoje, um dos “papéis identitários” vazios é aquele que deveria ser ocupado pelos sujeitos transgêneros. Esse fato exemplifica que a ordem social é regida por dispositivos discursivos que desenvolvem, entre outros, importantes temas relacionados a gênero, sexualidade e comportamento social de gênero/sexo.

1 De acordo com a teoria semiótica, denomina-se junção a relação que une o sujeito ao objeto. (Dicionário de Semiótica, 1984, p. 249) De acordo com a semiótica tensiva, a categoria da junção permite tipos de modalizações existenciais (Tensão e Significação, 2001).

2 Modalidades virtualizantes: dever e querer; modalidades atualizantes: poder e saber; modalidades realizantes: fazer e ser. In: GREIMAS, A.J. e COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima, Diana L. Pessoa de Barros e outros. São Paulo, Editora Cultrix, 1984, p. 283.

Acrescentamos que, a nosso ver, as pessoas transgêneras, atualmente, são “quase sujeitos”, pois ocupam um lugar virtual de “quase presença” – aquela de pessoas ainda sem direito a um nome registrado, a uma carteira de identidade –, uma possibilidade de aspectualização tensiva.

Considerando o sujeito discursivo como um “corpo” que se posiciona no mundo e por ele é afetado, temos dispositivos de dois tipos: a) dispositivos existenciais de “presença/ausência”, relacionados ao social, pelos quais os transgêneros são ainda “quase sujeitos” sociais, pois o discurso social ainda não aceita essas pessoas na categoria de sujeitos; b) dispositivos intersubjetivos, isto é, dispositivos relacionados a um sujeito discursivo individual: aspectos biopsíquicos, corpo e psíquê interdependentes, relacionados à categoria da junção sujeito/objeto transexualidade, que complementam os dispositivos existenciais e são material gerador fantasmático e simbólico, regidos por uma base hegemônica pertencente ao masculino heterossexual.

A TEORIA E OS TRANSGÊNEROS

O “quase sujeito individual” transgênero

Embora a metodologia moderna de estudo de gêneros baseie-se, hoje, predominantemente no construcionismo social, em relação à transgeneridade, a pergunta simples que nos fica é: como a transgeneridade de um sujeito poderia ser somente construída socialmente?

E cada vez mais se torna estranha a oposição binária de orientação sexual heterossexual/homossexual, assim como a de gênero, masculino/feminino. Se as diferenças de comportamento sexual já não se adequavam ao binarismo, hoje, nem para as diferenças de gênero, elas fazem sentido.

Judith Butler, mesmo não convicta, explica a transgeneridade subjetiva, da única maneira teoricamente coerente atualmente, usando a teoria psicanalítica tradicional. (Butler,2010,p.4). De qualquer modo, esse entendimento não parece explicar inteiramente a transgeneridade, além de levar os pesquisadores a pensá-la como uma patologia.

Na esteira de Butler, para tratar do ponto de vista sociológico a transgeneridade, “*temos de ir além de tipos de posições estruturais*” uma vez que se coloca em

dúvida que toda criatura aparentemente fêmea biologicamente, tenha de ser convertida socialmente numa mulher. (2010, p.4).

Tatiana Lionço, pesquisadora brasileira, aponta “o caráter transgressor da transexualidade, no que tange à norma heterossexual, sócio historicamente constituída” e coloca em discussão essa transgressão, entendida como um desvio de um padrão de normalidade, e, tomando como parâmetro a psicosexualidade, cita sua própria tese de doutorado (2006):

[...] “a experiência do corpo não pode ser redutível a sua condição somática, mas tampouco à sua condição simbólico-representacional alcançada pelo trabalho psíquico. A pulsionalidade do corpo implicaria em relação de disjunção e de articulação entre, de um lado, o corpo e sua dimensão somática, e, de outro, as representações construídas e que conferem sentido à experiência do corpo e de si mesmo. (Lionço,s.d., p. 1-2).

Assim, sugerimos um sujeito discursivo transexual que se duplica; aqueles possivelmente plenos e realizados, oriundos de construções de orientações sexuais e identidades de gênero regidas pela complexidade e pela dependência mútua do somático (corpo) e do simbólico representacional, alcançados pelo psíquico, isto é, a complexidade de uma identidade construída subjetivamente, como sujeito indivíduo, ao lado de uma construção discursiva que já os aceita na categoria de sujeitos sociais, sujeitos que se dão, concomitantemente, no decorrer do tempo e que tem como resultado, atualmente, um “quase sujeito” social.

Inspirados em Derrida (2005, p. 14), colocamos em discussão: a questão das diferenças, da dubiedade, da ambivalência, da multiplicidade, isto é, discutimos a heterossexualidade e a homossexualidade serem verdades absolutas, além de as manipulações para legitimar tais verdades, com as quais estamos acostumados. Isso, na perspectiva da concomitância dialética, com simultaneidades regidas por graus tensivos, sem negar a existência do duplo, sem negar as articulações com sentidos contrários, mas, também, sem a noção de escolha “ou isso, ou aquilo”,

Assim, para a identificação dos sujeitos, pensamos a possibilidade de gradientes, como sistemas de muitas diferenças de condição e comportamento sexual e de gênero, que se cruzam e são interdependentes, marcando os indivíduos temporalmente: gradiente de orientação sexual, que vai da homosse-

xualidade à heterossexualidade e vice versa, passando por graus de bissexualidade; gradiente de identidades de gênero, que vai das mulheres e homens cisgêneros, em oposição às mulheres e homens transgêneros, conforme desenvolveremos, passando por graus de masculinidade e feminilidade, independentemente do biológico; aparência e comportamentos de gênero que vão do masculino ao feminino e vice-versa, passando por graus de androgenia. Esses gradientes biopsíquicos se superpõem em enorme complexidade e também fazem parte do processo histórico-cultural dos dispositivos de construção das diferenças.

Resumindo, a questão de se ter uma identidade, como algo definidor e estático é repudiada por nós e sugerimos gradientes subjetivos de identidades de gênero que se interdependem e se complementam com gradientes subjetivos de orientações sexuais e comportamentos sociais de sexo/gênero, que caracterizam indivíduos. Alguns desses sujeitos realizam um trabalho de transgressão das normas compulsórias de modo de ser e de comportamentos e são precursores das mudanças sociais.

Reconhecemos no nosso trabalho de campo, a partir de depoimentos, que pessoas transgêneras, muitas vezes, só aceitam identidades, denominadas travestis ou transexuais, para se tornarem inteligíveis socialmente, ou para lutarem por políticas públicas, já que o ser humano, regido por gradientes que se interdependem e se complementam no tempo, é de um constante devir, passível de mudanças e tem o direito fundamental de ser quem sente que é.

O “quase sujeito social” transgênero

Por outro lado, fazendo um contraponto com o sujeito individual transgênero, temos o “quase sujeito” social transgênero (discursivo), aquele que ainda não existe ou está no início da formação de sua “presença discursiva”.

Os discursos com temática transgênera são fortemente passionais, e por isso utilizamos a semiótica tensiva, na tentativa de dar conta do processo discursivo que os engendra como “quase-sujeitos”. (ver Modesto, 2010)

Utilizando novamente conceitos da “Semiótica Tensiva”, (Fontanille e Zilberberg, p. 123-151) podemos ter uma definição existencial, de ordem propriamente semiótica, a partir de tipologias de modos de existência de sujeitos.

Partindo de Greimas:

[...] Dir-se-á que um sujeito semiótico (sujeito significante) não existe enquanto sujeito senão na medida em que se lhe pode reconhecer pelo menos uma determinação; ou seja, que ele está com um objeto-valor qualquer. (Greimas&Courtés, 1984, p. 173).

A Semiótica Tensiva diz:

A categoria presença/ausência pertence de direito, para começar, ao discurso filosófico sobre a existência (em geral oposta à essência). [...] A noção de campo de presença (da fenomenologia da percepção), assenta numa interpretação do par presença/ausência em termos de operações (aparecimento/desaparecimento). A presença é o primeiro modo de existência da significação, cuja plenitude estaria sempre por ser conquistada. (Fontanille e Zilberberg, 2001, p. 123 - Entre parênteses, observações nossas).

Assim, do ponto de vista semiótico, só se concebe algo do mundo como “presença discursiva”, pois a existência de qualquer coisa ou pessoa é um modo de saber discursivo, para um sujeito cognitivo.

A ausência e a presença, consideradas como partes de uma “configuração perceptiva”, base de toda significação, necessárias tanto à semiose³ quanto à enunciação, são anteriores à categorização, positiva ou negativa, mas já anunciam o aparecimento dela.

Grosso modo, os três modos de existência atribuídos ao percurso do sujeito (discursivo) são: virtualizado (sentido de vácuo), atualizado (sentido de falta) e realizado (sentido de plenitude de presença).

Sugerem-se, assim, percursos de sujeitos, em outras palavras, modos de densidades existenciais que levam à ausência ou presença, implicando posições negativas do sujeito virtualizado (ainda não sujeito) e do sujeito atualizado (quase sujeito) dos transgêneros. (2001, p.128-134)

3 Semiose é a operação que, ao instaurar uma relação de pressuposição recíproca [...] entre significante e significado (F. de Saussure), produz signos; nesse sentido, qualquer ato de linguagem, por exemplo, implica uma semiose. Esse termo é sinônimo de função semiótica. (Dicionário de Semiótica.1984, p. 409)

Trangêneros, os “quase sujeitos”

É inegável que as noções de sexualidade e gênero são mediadas socioculturalmente, não somente sugeridas biologicamente. Mas, mesmo considerando as posições teóricas “construcionistas moderadas” – aquelas que aceitam impulsos inerentes ao ser humano, a partir dos quais são construídas, sócio ideologicamente, as identidades sexuais e de gênero –, discursivamente os sujeitos transexuais e travestis, por exemplo, ficam de fora. No entanto, esses indivíduos trangêneros realizam um “atravessamento” muito importante para pensarmos sobre o que nos ensinam com suas vivências transgressoras.

Como já comentado, a área da sexualidade e gênero, sobretudo, é discursivamente manipulada bio politicamente, visando atender aos interesses de uma sociedade controladora, heteronormativa compulsória, onde só pode existir o dualismo de gênero, com predominância, ainda, do poder masculino. A transexualidade desconstrói essa ditadura, demonstrando que há uma pluralidade de sexualidades e generidades que não se enquadram em formações bigêneras.

A transexualidade comprova que nem toda pessoa aparentemente macho será convertida socialmente em homem e vice-versa. Desse modo, escapa-se do dualismo estrutural, macho/fêmea, homem/mulher, mas pouco se pensa em como essas identificações de gênero são estabelecidas e, principalmente, não se respeita o direito de alguém ser quem sente que é.

E aí surge uma questão bioética específica aos sujeitos trangêneros (travestis, transexuais, etc.), de evidente desrespeito ao seu modo de ser, pelas omissões no pensar e agir, inclusive como objeto teórico.

De acordo com Butler, há corpos que adquirem significado, que se materializam como sujeitos discursivos e obtêm legitimidade. Há também “corpos que não importam, são corpos *“abjetos”*. Tais corpos não são inteligíveis” (um argumento epistemológico semiótico) “e não têm uma existência legítima” (um argumento político, pois normativo). (Butler, 2010, p. 8).

Acrescentando, tais corpos tendem para a ausência, são corpos que estão em posição mista entre presença/ausência, do ponto de vista da semiótica tensiva.

Para a sociedade, as/os transgêneros ainda são sujeitos invisíveis. Dentro da categoria presença/ausência a tensão aponta para a ausência. Assim são tratadas/os como pré-sujeitos, ou “quase sujeitos”, sem que a sociedade lhes proporcione proteção médica ou jurídica. Pelo contrário, o que vemos são

discursos arrogantes, cada vez mais patologizantes, como uma forma de lhes tirar a autonomia até sobre os seus próprios corpos. Os maiores problemas das pessoas trans continuam sendo oriundos da falta de uma legislação para que mudem seus nomes e gênero em seus registros de nascimento e todas as consequências que a transfobia acarreta, não só para os transgêneros, como também para seus familiares.

Inventando a transgeneridade

De acordo com Ceccarelli, em seu artigo “A invenção da homossexualidade” (2008, p. 17), o termo homossexualismo, como manifestação da homossexualidade, foi proposto em 1869, pelo médico húngaro Benkert, para ser utilizada com a significação de patologia. Antes disso, a palavra existia, mas era usada somente com um sentido jurídico, na certidão de nascimento de gêmeos, denominados homossexuais.

Comportamentos homossexuais, que existiam desde que o homem é homem, foram transformados em categorias identitárias negativas, acompanhando o sistema de valores ocidentais que julgava negativamente, desde aquela época, a forma das pessoas viverem sua sexualidade.

Desse modo, de acordo com o pensamento de pesquisadoras feministas, a homossexualidade definiu a heterossexualidade:

Não apenas a homossexualidade define a heterossexualidade especificando seus limites negativos, e não apenas a fronteira entre ambas é mutável, mas ambas operam dentro da mesma economia fálica – uma economia cujos fundamentos não são levados em consideração pelos estudos que procuram apenas tornar a experiência homossexual visível. [...] Teorizado dessa forma, homossexualidade e heterossexualidade trabalham de acordo com a mesma economia, suas instituições sociais espelhando uma à outra. [...] Na medida em que esse sistema constrói sujeitos de desejo (legítimos ou não), simultaneamente estabelece-os, e a si mesmos, como dados e fora do tempo, do modo como as coisas funcionam, com o modo que inevitavelmente são. (Scott, 1998, p. 303-304).

Berenice Bento, socióloga brasileira que se dedica ao estudo da transgeneridade, explica que a transgeneridade, que alegam sempre ter existido, não é a mesma transgeneridade que tem sido relacionada ao espaço hospitalar e à discussão da identidade de gênero disfórica. (2009, p. 1-3) A transgeneridade está sendo inventada discursivamente como patologia, pois, atualmente, as pessoas transgêneras são consideradas doentes, não somente no Brasil, mas no mundo todo. Suas identidades trans são regidas pelo CID – Catálogo Internacional de Doenças, assim como pelo DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais.

Desse modo, num reconhecimento do poder semiótico da organização binária, o denominar instituindo a “presença”, inclusive nos grupos minoritários, engendrou-se uma ação político discursiva, aliada ao esforço de construir uma identidade trans.

Ficou evidente que, para ajudar a construir a consciência de que ser transgênero não é uma patologia, mas uma condição possível do ser humano, faltava um termo que, discursivamente, “criasse” a transgeneridade, em oposição a não transgeneridade, isto é, algo que “reinventasse” sócio-culturalmente essas pessoas como quaisquer outras, que as fizesse fazer sentido, as tornasse visíveis e merecedoras dos direitos humanos de existirem e de terem as mesmas oportunidades do que as outras. Assim, o sistema estaria construindo esses sujeitos (do saber/crer/querer/poder/dever) e, simultaneamente, as instituindo como cidadãos/cidadãs, mesmo que lenta e muito negativamente.

E foi nesse contexto que se criou a oposição “cisgênero versus transgênero”. Cisgênero tem sua origem no prefixo latino “Cis”, que se traduz como “deste lado”, antônimo do prefixo “trans”, traduzido como “do outro lado”. De acordo com Serano (2007), com essa significação e academicamente, essa oposição foi usada pela primeira vez pelo sexologista alemão Volkmar Sigusch em artigos publicados em 1995 e 1988.

Ainda de acordo com a militante trans, Cissexual define “pessoas que não são transexuais e que sempre experimentaram o seu sexo mental e físico como estando alinhados”, enquanto Cisgênero é um termo mais estreito significativamente, para aquele que não é transgênero. (Serano, 2007, p.33).

Trabalhos de campo que apontam caminhos

Na conversa entre Judith Butler e Gayle Rubin, as pesquisadoras comentaram sobre as atividades prática e teórica, imaginando a possibilidade de um inter-relacionamento entre o trabalho de campo e a pesquisa e consideraram a importância do trabalho empírico para que os teóricos se baseiem em descrições e dados confiáveis, quando a coleta é embasada por teorias especializadas. (2003, p.198-199)

O projeto “Travessias”, do qual fazemos parte, é um trabalho de “aconselhamento para redução de danos”, visando jovens transgêneros, desenvolvido pela ONG GPH – Associação Brasileira de Pais e Mães de Homossexuais. O trabalho é embasado no “protagonismo juvenil monitorado”, segue conceitos semióticos e psicanalíticos (mãe simbólica, presente, por exemplo), aplica a técnica da “Terapia Afirmativa”⁴ e está em concordância com os parâmetros divulgados pela American Academy of Child & Adolescent Psychiatry (09/09/2012).⁵

Trabalhamos em equipe – grupo de jovens coordenadores capacitados, terapeutas, psiquiatra, endocrinologista –, orientando o processo de autoaceitação das/dos jovens e de aceitação das famílias.⁶

Enfrentamos a questão do aparecimento, nas/nos jovens transgênero, das características sexuais secundárias, causando-lhes grande sofrimento e resultados psicoemocionais negativos. Além disso, por falta de assistência médica especializada e na ânsia de poderem ser aceitos/as na sociedade, eles/elas visam ajustar seu sexo biológico à sua identidade de gênero, usando indiscriminadamente hormônios sexuais (estrógeno ou testosterona) e arriscando-se a ter problemas hepáticos e circulatórios graves.

Quando vamos dar a possibilidade de essas pessoas se transformarem em indivíduos plenos, com o direito da categoria de sujeitos nos discursos sociais, isto é, com direitos de cidadãs/cidadãos?

4 BORGES, Klecius. *Terapia Afirmativa*. São Paulo, Edições GLS, 2009.

5 Practice Parameter on Gay, Lesbian, or Bisexual Sexual Orientations, Gender Nonconformity, And Gender Discordance in Children and Adolescents. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, v. 51, n.9 de setembro de 2012, pa 957-974.

6 MODESTO, Edith. *Mãe sempre sabe? Mitos e verdades sobre pais e seus filhos homossexuais*. São Paulo, Record, 2008.

Referências bibliográficas

- BENTO, Berenice. *Socióloga Berenice Bento explica por que a transexualidade deve ser despatologizada*. 3 p. Blog Coletivo Stonewall, 16 de Abril de 2009. Disponível em <http://coletivo-stonewall.blogspot.com/2009/04/sociologa-berenice-bento-explica-por...> Acesso em novembro de 2010.
- BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of "Sex"*. New York: Routledge, 1990.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. *A invenção da Homossexualidade*. In: BAGOAS – estudos gays, gêneros e sexualidades, Natal, 2, p. 71-93, 2008.
- DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. Trad. Rogério Costa, São Paulo, Iluminuras, 2005.
- FONTANILLE, Jacques & ZILBERBERG, Claude. *Tensão & Significação*. Trad. Ivã Carlos Lopes et al. São Paulo, Humanitas-Discursos Editoriais, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber (Vol. I)*. Trad. M. Tereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. São Paulo, Graal, 2011.
- GAYLE, Rubin & Judith BUTLER. *Tráfico sexual – entrevista – Gayle Rubin com Judith Butler*. Cadernos Pagu, 21, p. 157-209, 2003.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o Sentido: Ensaio semióticos*. Trad. Ana Cristina Cruz Cézar et al. Petrópolis, Vozes, 1975.
- GREIMAS, Algirdas Julien & Joseph Courtés. *Dicionário de Semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima e outros. São Paulo: Cultrix, 1984.
- KNUDSEN, Patrícia P. da Silva. *Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler*. Revista Estudos Feministas, vol. 18, n.01, Florianópolis, Jan/Abril, 2010.
- LIONÇO, Tatiana. *Um olhar sobre a Transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica*. 150 p. Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2006. Disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3297/1/tatiana_lionco.pdf. Acesso em junho de 2008.
- LIONÇO, Tatiana. *A transexualidade entre a transgressão e a inserção social*. 7 p. In: Sexualidades, corporalidades e transgêneros: narrativas fora da ordem – ST 16. Consultora Técnica do Ministério da Saúde. s/d. Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/Tatiana_Lionco_16.pdf Acesso em maio de 2013.
- MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica de normalização*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan/jun., p. 150 -182, 2009.
- MODESTO, Edith. *Homossexualidade: Preconceito e Intolerância*. 287 p., Tese de doutoramento em Semiótica e Linguística Geral – FFLCH – USP, São Paulo, 2010.
- SCOTT, Jean. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Número especial Mulher e Educação. Porto Alegre, vol. 15, n2 jul/dez. p. 5 a 22, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *A Epistemologia do Armário*. Tradução de Plínio Dentzien. Cadernos Pagu. 28, janeiro-junho de 2007, p. 19-54. Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Campinas, SP, 2007.

SERANO, Julia. *Whipping Girl: A Transsexual Woman on Sexism and the Scapegoating of Femininity*. Seal Press, CA – EUA, 2007.